AGORA NEWS
ANO XVIII # 848 4656.2247 WWW.JORNALAGORANEWS.COM.BR SÁBADO, 14 DE NOVEMBRO DE 2026

Chinchilla cobra compensação na Alesp enquanto Santa Isabel sofre com loteamentos clandestinos





Com 82% do território sujeito a restrições ambientais, prefeito de Santa Isabel pede mais recursos ao Estado durante debate sobre a proteção da sub-bacia do Jaguari e a compensação financeira aos municípios.

Enquanto isso, Santa Isabel enfrenta o desafio de combater ocupações irregulares e criar condições para o desenvolvimento econômico.



A indústria perde a confiança, e o Brasil paga a conta

EDITORIAL

Com o pessimismo no maior nível desde a pandemia, a indústria brasileira dá sinais de esgotamento. Juros elevados, custos crescentes e perda de competitividade ameaçam investimentos, empregos e o crescimento econômico.

A indústria brasileira acendeu mais um sinal de alerta. E desta vez, não se trata apenas de uma oscilação nos indicadores econômicos, mas de uma deterioração preocupante das expectativas de quem produz, investe e gera empregos no país.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), despencou seis pontos em novembro, chegando a 40,2, o menor patamar desde maio de 2020, quando o Brasil enfrentava os impactos iniciais da pandemia. Foi a terceira maior queda mensal em 16 anos de série histórica.

O dado mais inquietante, porém, está na persistência desse cenário. São 23 meses consecutivos de pessimismo industrial. Quase dois anos em que a desconfiança deixou de ser uma reação momentânea para se consolidar como um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

E quando o empresário perde a confiança, as consequências ultrapassam os portões das fábricas. Investimentos são adiados, contratações são revistas e planos de expansão ficam comprometidos. O resultado pode ser sentido no mercado de trabalho, no consumo das famílias e na capacidade do país de crescer de maneira sustentável.

Os números da atividade industrial reforçam essa preocupação. Embora o faturamento da indústria de transformação tenha avançado 0,8% em setembro, a recuperação foi insuficiente para compensar as perdas de julho e agosto, de 2,1% e 3,8%, respectivamente. No acumulado de 2026, o faturamento permanece estagnado, enquanto emprego, horas trabalhadas e massa salarial apresentam sinais de enfraquecimento.

Não é difícil compreender as razões. O elevado patamar dos juros encarece o crédito, limita o consumo e desestimula investimentos produtivos. Ao mesmo tempo, a concorrência das importações e a pressão dos custos reduzem a margem de competitividade das empresas nacionais.

O problema é que uma economia não pode depender indefinidamente da capacidade de resistência de seus empresários. Produzir no Brasil exige previsibilidade, condições de financiamento e um ambiente que estimule a modernização industrial.

É preciso reconhecer a importância do equilíbrio macroeconômico e do controle da inflação, mas também compreender que juros elevados por períodos prolongados têm consequências concretas sobre a produção. Da mesma forma, enfrentar a concorrência internacional exige mais do que medidas pontuais de proteção. Exige produtividade, inovação, infraestrutura e eficiência tributária.

Há ainda um sinal particularmente grave: pela primeira vez em mais de seis anos, os empresários industriais demonstram pessimismo até mesmo em relação ao desempenho de suas próprias empresas nos próximos seis meses. Isso revela que a preocupação deixou de estar restrita aos rumos da economia nacional e passou a atingir diretamente as perspectivas dos negócios.

O Brasil precisa tratar esses indicadores com a seriedade que merecem. Não basta comemorar pequenas recuperações mensais quando a trajetória mais ampla aponta para estagnação, perda de dinamismo e retração das expectativas.

A confiança não se recupera por discursos otimistas. Ela depende de medidas consistentes, estabilidade econômica e condições reais para que o setor produtivo volte a investir.

Afinal, quando a indústria deixa de acreditar no futuro, não são apenas as fábricas que perdem oportunidades. É o próprio país que compromete sua capacidade de gerar empregos, renda e desenvolvimento.

E ignorar esse alerta pode custar muito mais caro do que agir agora.

Número de famílias sem dinheiro guardado cai de 61% para 29%

CLASSE C

A parcela de famílias da classe C sem nenhuma reserva financeira caiu de 61% (em 2016) para 29% (neste ano), conforme revelou uma pesquisa divulgada nesta segunda (6) pelo Instituto Locomotiva.

Embora mais brasileiros desse segmento tenham conseguido guardar dinheiro, a organização do orçamento ainda representa um desafio para boa parte desse público.

O levantamento mostra, por exemplo, que atualmente apenas 40% dos brasileiros dessa classe econômica terminam o mês com dinheiro disponível depois de pagar as contas.

Segundo avalia o presidente do instituto, Renato Meirelles, ter alguma reserva, por menor que seja, é fundamental, já que permite parar de improvisar e possibilita planejar.

"Quem vive de boleto em boleto fica preso à lógica do hoje. É o que acontece com boa parte da classe C: quase metade paga todas as contas e não sobra nada no fim do mês".

INTENÇÃO DE INVESTIR: Os dados do levantamento com a classe C ainda mostram que a intenção das pessoas de investir em ações ou fundos triplicou em uma década, passando de 17% para 51%.

O estudo quantitativo online ouviu 2.006 internautas com 18 anos ou mais em todo o País.

Meirelles, que é autor do livro Brasil da Maioria: 25 anos de Classe C, afirma que há mudanças na relação desse segmento com a economia. A classe C reúne mais de 107 milhões de brasileiros.

"Em 10 anos, a classe C ganhou repertório financeiro. Investimento, seguro e previdência deixaram de ser vistos como coisa de rico e passaram a fazer parte dos planos dessa maioria. É uma relação com o dinheiro mais informada e mais exigente", afirma Meirelles, que faz novo lançamento da obra na Livraria da Vila, em São Paulo, na quarta (11).

O levantamento mostra também que 32% pretendem contratar seguro de vida, 30% planejam adquirir seguro de automóvel e 26% demonstram intenção de contratar previdência privada.

PREOCUPAÇÃO: A busca por segurança financeira se reflete nas prioridades desse segmento. Para 71% dos brasileiros da classe C, ter dinheiro guardado para enfrentar imprevistos é mais importante do que manter um padrão de vida elevado. Já 35% consideram a independência financeira a principal conquista para sentir que venceram na vida.

Ao menos 88% afirmam tentar se organizar financeiramente, mas encontram dificuldades para administrar os recursos. Além disso, 86% dizem viver constantemente preocupados com dinheiro, enquanto 78% admitem evitar pensar sobre a própria situação financeira.

Para Renato Meirelles, a pandemia acelerou a "bancarização" da classe C.

"O auxílio emergencial e as fintechs abriram uma porta que o banco tradicional demorou a abrir: conta pelo celular, sem fila e sem a porta giratória da agência barrar quem entra".

Segundo o pesquisador observa, a classe C teve o horizonte ampliado, mesmo não sobrando dinheiro: "O futuro entrou na conta. Hoje, cuidar do dinheiro envolve planos para os próximos anos: proteger a família, formar uma reserva e preparar a aposentadoria", ressalta.



EXPEDIENTE
Os textos assinados não refletem a opinião do jornal. Os anúncios são de responsabilidade dos anunciantes
DEUS SEJA LOUVADO!
AGORA NEWS
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM SANTA ISABEL, ARUJÁ E GUARAREMA
Endereço: Rua Mar Mediterrâneo, 110 - Vila Nova - Santa Isabel - SP
EDITOR RESPONSÁVEL: DAGNEI DOS ANJOS - MTB 64122SP
DAGNEI DOS ANJOS 28437509890 CNPJ: 40.669.516/0001-48 - EDIÇÃO SEMANAL
Telefone: (11) 4656-2247
www.jornalagoranews.com.br
E-mail: jornal@jornalagoranews.com.br
DGI

Temporal causa alagamentos, deslizamentos e deixa idosa ilhada por quase 24 horas

CHUVA EM SANTA ISABEL

A forte chuva que atingiu Santa Isabel na quinta-feira (12) provocou alagamentos, quedas de árvores, deslizamentos de terra e danos em escolas municipais, resultando também na suspensão de aulas. Segundo a Defesa Civil, foram registrados aproximadamente 63 milímetros de chuva em um intervalo de apenas 15 a 20 minutos.

A intensidade do temporal surpreendeu moradores e atingiu até mesmo locais que, segundo a Prefeitura, não costumam apresentar registros de alagamentos. Equipes da Defesa Civil, Trânsito e Serviços Municipais foram mobilizadas para atender às ocorrências, realizar interdições preventivas e liberar vias obstruídas por árvores, galhos e terra.

Entre os casos registrados, a situação de uma idosa de 84 anos chamou a atenção. Laurentina ficou cerca de 24 horas sem conseguir sair de casa após o solo ceder na entrada de sua residência, localizada na Rua Floripes Martins Santos.

IDOSA COM DIFICULDADES DE LOCOMOÇÃO FICOU ILHADA: O desmoronamento comprometeu parte da calçada e impediu a saída da moradora, que possui dificuldades de locomoção. A residência chegou a ser interditada pela Defesa Civil.

O filho de Laurentina, que também estava no imóvel, conseguiu sair pela parte dos fundos utilizando uma escada na manhã de sexta-feira (13). Já a idosa só conseguiu deixar a residência por volta das 15h30, depois que equipes da Prefeitura colocaram terra no buraco formado na entrada da casa, permitindo sua passagem.

A filha da idosa, Fátima Prado, criticou a demora na solução do problema e relatou que a família vinha solicitando providências desde janeiro, quando foram identificadas irregularidades na tubulação que passa pela região.

Segundo Fátima, na noite de quinta-feira, um agente da Defesa Civil teria orientado a família a comparecer ao cartório para providenciar documentos necessários à realização da obra, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pela mãe.

"Como que eu vou colocar minha mãe para subir uma escada de oito degraus, pular a janela e levar ela ao cartório para uma documentação que ele exigiu?", questionou.

A família afirma que já havia entregue à Prefeitura documentos do imóvel, incluindo escritura, comprovantes de imposto e documentos pessoais.

PROBLEMA HAVIA SIDO IDENTIFICADO NO INÍCIO DO ANO: A situação da tubulação na região já vinha sendo acompanhada pela TV Diário desde janeiro de 2026.

Em fevereiro, a Prefeitura informou que havia adquirido novos tubos e que realizaria a substituição após o período de chuvas. Entretanto, segundo moradores, o material só chegou ao endereço na segunda-feira (9), três dias antes do desmoronamento.

Na manhã de sexta-feira, equipes municipais utilizaram uma escavadeira para retirar terra e sedimentos acumulados, além de preparar o local para a substituição da tubulação.

Prefeitura explica demora e anuncia substituição da tubulação

Questionada sobre a demora na execução dos reparos, a Prefeitura de Santa Isabel informou que existem procedimentos administrativos relacionados a intervenções e demolições em áreas particulares, classificando a questão documental como sensível.

A administração explicou que uma intervenção antiga do município desviou o curso de um córrego e instalou tubulações sob a calçada. Segundo a Prefeitura, os imóveis da região são regulares, mas algumas construções foram ampliadas sobre esse espaço.

No caso da residência de Laurentina, a gestão municipal reconheceu que o imóvel respeita o recuo, embora esteja localizado muito próximo da tubulação.

A Prefeitura informou que realizou a substituição dos tubos.

Além do caso da idosa, o temporal mobilizou diferentes setores da administração municipal. Segundo a Prefeitura, equipes trabalharam durante a madrugada no atendimento a ocorrências envolvendo deslizamentos, imóveis atingidos pela água e pelo barro e situações de risco.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social também realiza buscas para identificar famílias afetadas e avaliar a necessidade de assistência.

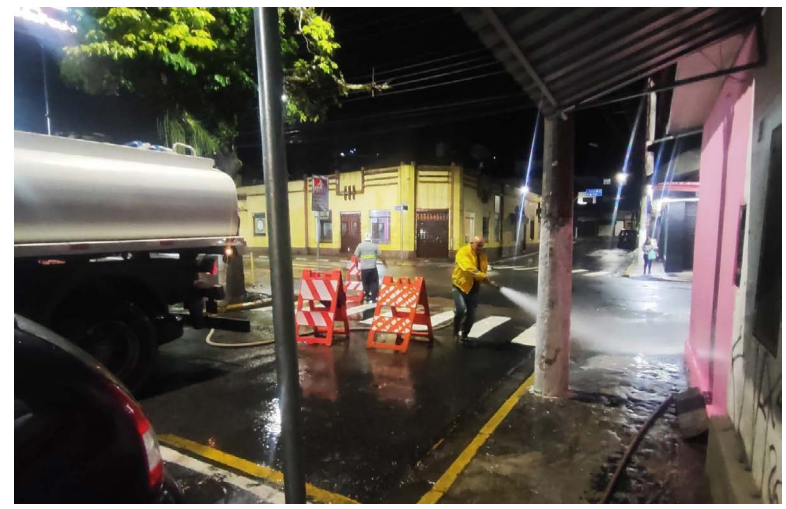
Moradores que identificarem risco de deslizamento, rachaduras ou comprometimento estrutural em suas residências devem se afastar das áreas de perigo e acionar a Defesa Civil.

O atendimento pode ser solicitado pelo telefone (11) 4656-8722 ou, em situações de emergência, pelo número 199.









Caixa passa a pagar prêmios de loterias via Pix

EM APOSTAS DIGITAIS

Os apostadores que fizerem jogos eletrônicos na Caixa Loterias e ganharem prêmios pequenos poderão receber o dinheiro via Pix. A novidade permite que os apostadores recebam diretamente na conta vinculada à chave informada valores de até R$ 2.428,80.

A instituição também atualizou o processamento de pagamentos com cartão de crédito nos canais digitais, que passa a ser realizado pela plataforma Azulzinha.

RESGATE PELO PIX: A nova funcionalidade está disponível exclusivamente para apostas feitas pelo portal ou aplicativo oficial das Loterias Caixa. O procedimento pode ser realizado diretamente na plataforma, sem a necessidade de comparecer a uma agência ou casa lotérica para solicitar o pagamento dentro do limite estabelecido.

Para receber o prêmio, o apostador deve seguir estas etapas: Acessar o portal ou aplicativo das Loterias Caixa; Entrar na área "C"; Localizar a aposta premiada; Selecionar a opção "Resgatar Prêmio"; Escolher "Pix" como forma de recebimento; Informar a chave Pix para o crédito do valor.

Após o pedido, o cliente poderá acompanhar o andamento do resgate na própria seção "Minhas Apostas".

LIMITE DE PAGAMENTO: O pagamento via Pix está disponível para premiações de até R$ 2.428,80, conforme as condições estabelecidas pela Caixa.

A novidade não altera as regras de recebimento para apostas realizadas presencialmente. Quem registrar jogos em casas lotéricas e for contemplado deverá seguir os procedimentos tradicionais de resgate.

Nesses casos, é necessário apresentar o recibo original da aposta premiada e um documento de identificação com CPF em uma agência da Caixa, conforme as regras de pagamento.

CARTÃO DE CRÉDITO: Outra mudança anunciada pela instituição envolve o processamento dos pagamentos de apostas com cartão de crédito nos canais digitais.

Desde segunda-feira (9), a Azulzinha passa a ser responsável pelo processamento dessas operações, substituindo o Mercado Pago, cuja opção fica inoperante.

Os apostadores poderão utilizar cartões de crédito da Caixa ou de outras instituições financeiras, desde que sejam das seguintes bandeiras: Elo; Visa; Mastercard; American Express.

Para realizar o pagamento, o usuário deverá selecionar a opção de cartão de crédito durante a aposta, cadastrar ou escolher um cartão já registrado, conferir os dados, informar o código de segurança e confirmar a operação.

COMO CONFIRMAR?: Depois de concluir o pagamento, o apostador poderá consultar a situação da transação na área "Minhas Compras".

É importante verificar se a operação foi concluída e se a aposta aparece com o status "efetivada". Somente após essa confirmação o jogo estará registrado para participação no sorteio.

A mudança amplia as alternativas de pagamento disponíveis nas plataformas digitais e acrescenta uma nova opção para o recebimento de prêmios, sem modificar as regras dos sorteios ou as probabilidades de premiação.





Chinchilla cobra compensação na Alesp enquanto Santa Isabel sofre com loteamentos clandestinos

DEBATE SOBRE A PROTEÇÃO DA SUB-BACIA DO JAGUARI

A cobrança por mais recursos para proteger os mananciais de Santa Isabel ganhou destaque na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), durante audiência pública realizada na terça-feira (10/11). O prefeito Carlos Chinchilla defendeu mecanismos de compensação financeira para municípios afetados pelas restrições ambientais. Entretanto, a discussão também levanta uma questão que não pode ser ignorada: qual tem sido a responsabilidade da própria administração municipal no combate à ocupação irregular do território?

O debate tratou do Projeto de Lei 413/2026, apresentado pelo Governo do Estado, que estabelece novas diretrizes para a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Sub-bacia Hidrográfica do Jaguari (APRM-JAG). A proposta abrange Santa Isabel e outros seis municípios: Arujá, Guarulhos, Igaratá, Jacareí, Monteiro Lobato e São José dos Campos.

Para Santa Isabel, a revisão das regras pode representar uma oportunidade importante. Com grande parte de seu território submetida a limitações ambientais, o município precisa encontrar alternativas legais para atrair investimentos, gerar empregos e ampliar suas atividades econômicas sem comprometer os recursos naturais.

Durante a audiência, Chinchilla reconheceu que a nova legislação poderá oferecer maior segurança jurídica e permitir atividades econômicas compatíveis com a preservação ambiental. Também defendeu a ampliação dos recursos destinados aos municípios responsáveis pela proteção dos mananciais.

A reivindicação é legítima. Afinal, Santa Isabel contribui para a segurança hídrica de uma parcela significativa da população paulista. Porém, a compensação financeira não elimina a necessidade de uma gestão municipal eficiente.

PARCELAMENTOS IRREGULARES: Enquanto o prefeito busca recursos estaduais para proteger o território, Santa Isabel continua enfrentando problemas relacionados aos loteamentos clandestinos, à ocupação desordenada e ao parcelamento irregular do solo, práticas frequentemente associadas à chamada grilagem de terras.

O problema não é recente e já motivou fiscalizações, processos administrativos e questionamentos do próprio Legislativo municipal.

Em março de 2025, vereadores cobraram da Prefeitura informações sobre autorizações de parcelamento do solo, apontando a necessidade de maior transparência nos procedimentos.

Já em agosto de 2026, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente informou ter realizado sete operações contra loteamentos clandestinos naquele ano, além de aplicar mais de R$ 3 milhões em multas a responsáveis por irregularidades.

Em junho, a própria Prefeitura publicou decreto determinando o congelamento urbanístico do núcleo Santa Clara, no bairro do Varadouro, diante de procedimentos relacionados ao parcelamento irregular do solo e de uma ação civil pública ambiental envolvendo intervenções nas proximidades da represa do Jaguari.

Os registros demonstram que existem ações de fiscalização, mas também evidenciam a dimensão de um problema que continua exigindo respostas do poder público.

A questão central é se essas medidas têm sido suficientes para impedir novas ocupações clandestinas antes que elas se consolidem e passem a exigir investimentos em infraestrutura, serviços públicos e regularização fundiária.

Combater esse cenário é uma responsabilidade que não pode depender exclusivamente de novas leis estaduais ou de compensações financeiras.

DESENVOLVIMENTO: A revisão da legislação dos mananciais abre espaço para uma discussão que Santa Isabel precisa enfrentar com urgência: como conciliar preservação ambiental e crescimento econômico?

Durante anos, as restrições territoriais representaram um desafio para a expansão de atividades produtivas no município. Uma legislação mais clara, adequada às características locais e capaz de oferecer segurança jurídica pode criar condições favoráveis à instalação de novos empreendimentos e à geração de oportunidades.

Mas uma eventual flexibilização responsável das regras não pode ser confundida com tolerância à ocupação clandestina.

Pelo contrário. Quanto mais organizado for o território, maiores serão as possibilidades de atrair investimentos regulares, ampliar a arrecadação e planejar a infraestrutura necessária ao crescimento da cidade.

O desenvolvimento que Santa Isabel necessita exige planejamento urbano, fiscalização permanente, agilidade administrativa e políticas efetivas de atração de investimentos.

Não basta reivindicar recursos para preservar o território. É preciso demonstrar capacidade de administrá-lo.

ALESP: A audiência foi conduzida pelo deputado Gilmaci Santos (Republicanos) e contou com a participação de prefeitos, representantes municipais e técnicos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil).

O prefeito de Jacareí, Celso Florêncio, propôs uma governança compartilhada entre os municípios, o Ministério Público e a Polícia Ambiental para reforçar o combate às invasões.

O deputado estadual eleito Rodrigo Ashiuchi também acompanhou o debate, ao lado do ex-vereador e assessor parlamentar Cleber Kerchner. Ashiuchi destacou a importância de considerar as particularidades dos municípios e buscar equilíbrio entre preservação ambiental, desenvolvimento e dignidade das famílias.

Representantes ambientais alertaram que a aprovação da legislação, isoladamente, não será suficiente para garantir a proteção dos mananciais sem uma fiscalização efetiva.

Para Santa Isabel, o desafio vai além da aprovação do PL 413/2026.

A cidade precisa de condições para crescer, mas também de uma administração capaz de impedir que o crescimento irregular continue comprometendo seu futuro.

A cobrança de compensações financeiras ao Estado pode fazer parte dessa solução. Entretanto, a população também tem o direito de cobrar resultados da Prefeitura.

Afinal, proteger os mananciais é fundamental. Mas impedir a ocupação desordenada e criar caminhos para o desenvolvimento de Santa Isabel também são responsabilidades de quem governa o município.



Psicóloga diz que proibição de bets é um começo, mas insuficiente

APOSTAS

A decisão do governo federal, anunciada em setembro deste ano, de proibir o funcionamento das bets no país foi acertada, mas ainda é insuficiente para resolver o problema do vício em jogos e apostas online, defende a advogada e psicóloga Juliana Mendes.

"É um começo, mas ainda estamos no campo da insuficiência", disse à Agência Brasil, após participar de uma mesa de debates sobre o vício em apostas online no festival de inovação e tecnologia Rec'n'Play.

Enquanto o Congresso Federal decidia prorrogar a validade da medida provisória por mais 60 dias, a psicóloga reforçava que, embora as bets estejam proibidas de funcionar no país, muitos ainda não receberam tratamento adequado para lidar com o vício.

"Antes de proibir, antes de eu retirar o vício, o meu comportamento viciado já está aqui. Se retirar, essas pessoas vão entrar em prejuízo psíquico. E eu faço o quê com essas pessoas? É preciso que essas pessoas tenham um suporte de tratamento adequado. A gente precisa regulamentar muito bem não só a suspensão das plataformas, mas a gente precisa regulamentar a propaganda, o uso e o suporte. São muitas regulamentações que precisam estar muito bem nutridas e não estão", defendeu.

Segundo a psicóloga, o governo também vai precisar reforçar o Sistema Único de Saúde (SUS) para lidar com o problema e as empresas precisarão estar preparadas para trabalhar com as consequências desse vício nos funcionários.

"Esse fenômeno afeta o Estado, já que é reconhecidamente um problema de saúde pública. Também é um problema individual, familiar e corporativo porque ele corta todas as dimensões do ser humano. Esse é um problema que está dentro de casa, dentro do trabalho e dentro da nossa sociedade", diz detalha.

"A empresa não é responsável pelas escolhas individuais dos funcionários. Mas ela também não deve se omitir diante de um problema de saúde que o seu funcionário tem e que está gigantesco".

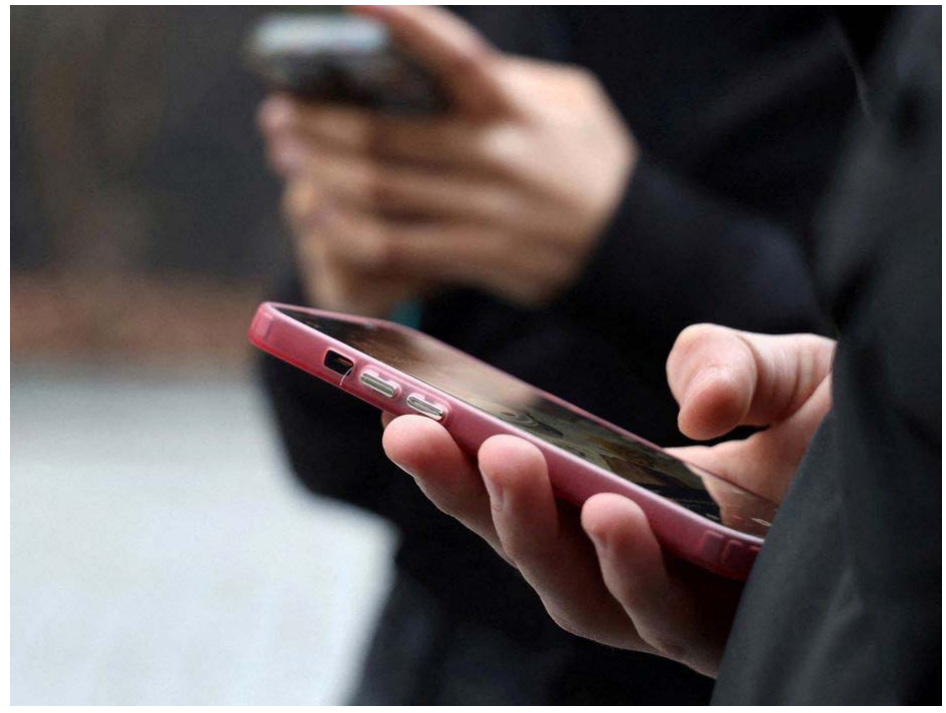
Na semana passada, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, reconheceu o problema e disse estar bastante preocupado com o impacto das apostas online no SUS. Segundo ele, houve aumento de 200% na procura de atendimento no SUS por causa do impacto das bets.

Dados do ministério apontam que, entre os anos de 2018 e 2025, os atendimentos relacionados a jogo patológico e problemas com apostas cresceram cerca de 140%, e a projeção é de aumento de mais 104% até 2028.

Já um estudo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde estima em R$ 38,8 bilhões anuais o custo social associado aos jogos, dos quais R$ 30,6 bilhões — quase 79% — estão ligados à saúde, incluindo suicídios, perda de qualidade de vida associada à depressão e tratamentos médicos.

Desde o mês passado, o Ministério da Saúde tem promovido a Campanha Nacional de Prevenção aos Danos das Apostas Online para orientar a população sobre sinais de alerta, prevenção e formas de buscar ajuda, disponível no site e nas redes sociais da pasta.

Pelo site da campanha, a população poderá fazer um autoteste para identificar os riscos relacionados às apostas, buscar orientações de cuidado e acessar o teleatendimento disponível no aplicativo Meu Sus Digital.





Um terço dos jovens de 16 a 29 anos quer chegar à universidade

PROPORÇÃO DOS QUE PARARAM DE ESTUDAR POR CAUSA DO TRABALHO É DE 25%

Um em cada três jovens brasileiros de 16 a 29 anos (33%) deseja obter o diploma universitário, mas avalia as barreiras existentes como difíceis (23%) ou muito difíceis (8%) de contornar. Já a porcentagem dos que não têm essa meta em seus planos, nem outras qualificações, como cursos de pós-graduação, ensinos médios técnicos e de curta duração, é de pouco mais de um quinto (22%).

Os dados constam de pesquisa inédita do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Social da Indústria (Sesi), conduzida pela Nexus.

A equipe da Nexus entrevistou 2.007 pessoas de todas as regiões do país, gêneros, grupos étnico-raciais e com diferentes rendas familiares e níveis de escolaridade. Os participantes de capitais, municípios do interior dos estados e de regiões metropolitanas responderam as questões do levantamento em meados de setembro.

Pessoas brancas foram as que menos sinalizaram o sonho de cursar o ensino superior (31%), número inferior aos 32% de pretos, 33% de pardos e 48% de outros perfis étnico-raciais, como indígenas e amarelos.

Um quarto dos respondentes da pesquisa (25%) declarou ter parado de estudar por não ter tido como conciliar a atividade com o trabalho ou algo que rendesse um complemento à renda da família. O preço das formações e materiais também tem sido um impedimento para continuarem estudando, na mesma proporção da falta de qualificação prévia (7%). Morar em capitais e em cidades interioranas pesa mais na hora de adquirir um material, na percepção dos participantes.

As pessoas pretas apresentaram o maior índice de abandono escolar por necessidade de trabalho: 32%. A taxa ficou próxima de 31% da Região Sul e 29% do grupo que ganha até um salário mínimo, também as mais elevadas em seus respectivos recortes. Quanto aos indicadores mais baixos encontrados, a evasão escolar informada foi de 23% entre brancos e de 21% entre habitantes do Nordeste.

Da amostragem, 40% se dedicam apenas ao trabalho, 19% somente estudam e 20% combinam as duas atividades. No total, 21% dos entrevistados pertencem à classificação "nem-nem", ou seja, não estudam nem trabalham. Dentro deste último subgrupo, 14% não procuraram emprego no último mês e 7% buscaram oportunidades no mercado de trabalho e não conseguiram vaga.

A maioria (57%) é remunerada por seu trabalho e atua no setor privado (51%). O estudo mostra ainda que predominam os postos formais, com carteira assinada: 67%, contra 25% de trabalhadoras e trabalhadores sem registro em carteira.

A parcela de servidores públicos sob regime estatutário, que difere das regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e garante, por exemplo, estabilidade do funcionário no cargo após três anos de exercício, corresponde a 7%.

Em relação aos segmentos econômicos em que estão inseridos, os entrevistados se declararam profissionais do comércio (27%), autônomos (24%), de serviços (18%), serviço público (13%), da indústria (11%) e domésticos (3%).





Brasileiros encontram fake news com frequência

MAIS DA METADE AFIRMAM TER ACREDITADO EM NOTÍCIAS FALSAS

Uma pesquisa do Instituto Ideia mostra que 63,4% dos brasileiros afirmam encontrar informações falsas, as fake news, na internet com frequência. O dado foi divulgado nesta terça-feira (10) e faz parte de levantamento feito sob encomenda da Fundação Friedrich Naumann (FNF), do Centro de Liderança Pública (CLP) e da Oficina Consultoria.

De acordo com a pesquisa, 54% dos participantes disseram ter acreditado em uma informação que, posteriormente, descobriram ser falsa.

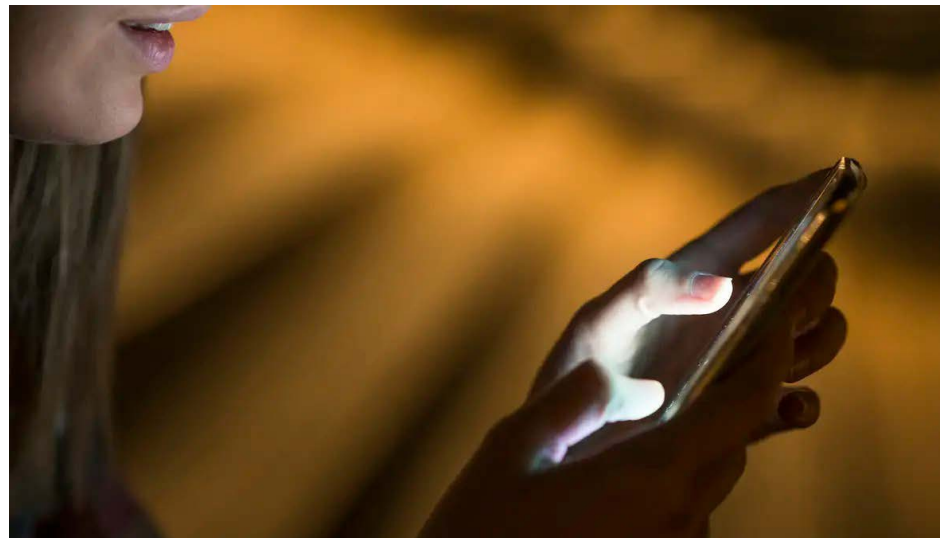
"Quase dois terços dos entrevistados dizem que se deparam com notícias falsas com frequência, mas quase um terço não conhece nenhuma agência de checagem. Na prática, a mensagem chega ao grupo da família em segundos, e quem quer confirmar se é verdade não sabe nem por onde começar", afirmou Cila Schulman, CEO do Instituto Ideia.

Conforme o levantamento, 39,5% dos entrevistados afirmam que usam as redes sociais para obter informações, mas apenas 13,6% concordam que são fontes confiáveis. Sobre inteligência artificial, 54,7% consideram que a tecnologia contribui mais para a disseminação de fake news do que para o combate.

Em relação aos temas com maior incidência de notícias falsas, 22% citaram política e eleições. Em seguida, aparecem saúde (como vacinas, doenças e tratamentos), segurança pública e criminalidade.

Para Tadeu Barros, diretor-presidente do CLP, o terceiro setor é fundamental para que haja um debate público baseado em dados, evidências e informações confiáveis.

"Ao apoiar pesquisas que ajudam a compreender os impactos da desinformação, contribuímos para uma sociedade mais bem informada e preparada para exercer sua cidadania. Esse compromisso é essencial para fortalecer a confiança nas instituições e o Estado Democrático de Direito", avaliou.



"Em um cenário de crescente polarização política e transformação do ambiente digital, fortalecer a confiança nas instituições democráticas tornou-se uma prioridade compartilhada. Esta pesquisa nos permite compreender melhor como os cidadãos percebem a desinformação e contribuir para um debate baseado em evidências", disse Hans-Dieter Holtzmann, diretor de projetos da Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade na América do Sul.

A fundadora da Oficina Consultoria, Patrícia Marins, destaca que mais da metade dos entrevistados já acreditaram em uma mentira. "Estamos diante de uma crise de confiança na informação, agravada pela inteligência artificial, que compromete a qualidade do debate público e representa um desafio crescente para a democracia".

A pesquisa ouviu 1.508 pessoas de todas as regiões do país entre os dias 26 e 27 de outubro.



Deputados admitem rever isenções se IVA superar 26,5%

PARLAMENTARES DESCARTAM ADIAR REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Os deputados que participam da regulamentação da reforma tributária admitem rever benefícios fiscais concedidos a determinados setores caso a alíquota de referência do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ultrapasse 26,5%.

A possibilidade foi discutida nesta semana, em reunião com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, em Brasília.

O percentual é o limite de referência previsto na legislação para o IVA Dual, formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser administrado por estados e municípios.

A preocupação dos parlamentares é que as exceções tributárias aprovadas durante a regulamentação elevem a alíquota geral do novo sistema. Há estimativas de que o percentual possa chegar a 30%.

O presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), afirmou que, se a alíquota superar o limite, o Congresso terá de rever parte dos benefícios concedidos.

"Nós colocamos a trava, nós estamos trabalhando juntos com o governo para manter os 26,5%. Se isso não for possível, da mesma forma que nós trabalhamos para ter algumas isenções, nós vamos ter a responsabilidade de tirar algumas isenções para que a gente possa trazer a 26,5%, porque a lei assim manda", disse o parlamentar, após a reunião.

PRESSÃO SOBRE ALÍQUOTA: A discussão ganhou força após o Tribunal de Contas da União (TCU) divulgar, em 28 de outubro, uma estimativa de 11,35% para a alíquota da CBS. O percentual ficou acima dos 9,21% considerados anteriormente pelo Comitê Gestor do IBS.

As reduções e isenções concedidas a determinados produtos e serviços diminuem a arrecadação potencial do novo sistema. Para preservar a receita prevista, uma alíquota maior pode ser necessária para os demais contribuintes.

O deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE) também afirmou que os benefícios poderão ser revistos caso as projeções confirmem uma alíquota acima do limite.

"Essa discussão de que vamos ter o maior imposto do mundo, que vai para 30%, é conversa. Se isso vier a chegar e ser apurado que vai passar dos 26,5%, o governo imediatamente manda o projeto de lei para a Câmara dos Deputados para rever benefícios que foram dados durante a reforma", declarou.

REFORMA SEM ADIAMENTO: Apesar das discussões sobre a alíquota, os deputados afirmaram que não há negociação com o governo para adiar a implementação da reforma tributária. A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá PIS e Cofins, tem início previsto para 1º de janeiro de 2027.

Passarinho disse que a possibilidade de adiamento não foi discutida na reunião e afirmou ter recebido a mesma sinalização da presidência da Câmara.

"Não há nenhuma conversa. O presidente da Câmara e o presidente do Senado conversaram já com o ministro (Durigan). O presidente da Câmara me disse hoje: não é ideia nenhuma que a gente tenha adiamento", afirmou.

O deputado Cláudio Cajado (PP-BA) também reforçou que o governo pretende manter o cronograma.

"O ministro Dario Durigan foi extremamente objetivo em afirmar categoricamente que o governo vai avançar com a reforma tributária", disse.

Segundo Cajado, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), está comprometido com a votação da alíquota da CBS. Já o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pretende avançar na análise da medida provisória que estabelece critérios para o Imposto Seletivo assim que for designado um relator.

"Nós saímos daqui muito satisfeitos. O comprometimento e o compromisso do ministro da Fazenda e do conjunto do governo é de efetivamente iniciar a implantação da nova tributação no País a partir de janeiro de 2027", afirmou Cajado.

PRESSÃO POR TESTES: A manutenção do calendário ocorre em meio a pedidos de entidades empresariais e especialistas para ampliar o período de testes do novo sistema e adiar a cobrança efetiva da CBS para 2028.

Entre os defensores da mudança está Bernard Appy, ex-secretário extraordinário da Reforma Tributária. Ele argumenta que as empresas precisam de mais tempo para se adaptar às novas regras e aos sistemas de apuração.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também defende que 2027 seja dedicado a testes e ajustes. Segundo a entidade, parte das empresas ainda enfrenta dificuldades para cumprir as exigências operacionais da reforma.

O ministro Dario Durigan, no entanto, descartou a mudança do cronograma em ocasiões anteriores. Ele indicou que o governo pretende manter o início da implementação em janeiro de 2027.



VITANEE

ARUJÁ AGORA TEM K-BEAUTY!

ORIGINAL E À PRONTA ENTREGA!



medicube
CLINICAL SKINCARE



celimax



ROUND LAB

K-SECRET

SKIN1004
THE UNTOUCHED NATURE

Dr. Althea





SIGA NOSSO INSTA!

(11) 4651-5318

Rua Duque de Caxias, n° 175 - Vila Flora Regina
Arujá - SP (Próximo ao Chaleira Preta)